

# FOLHA DE S.PAULO



OPINIÃO

FERNANDO LIMONGI E ARGELINA CHEIBUB FIGUEIREDO

## *Por seu intervencionismo imoderado, STF não terá como evitar confronto com Bolsonaro*

Individualmente, ministros se mostram dispostos a barrar pretensões mais tresloucadas do presidente, mas chefe da corte parece caminhar na direção oposta

30.abr.2020 à 0h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/04/30/>)**Fernando Limongi****Argelina Cheibub Figueiredo**

Sergio Moro saiu atirando (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/ao-anunciar-demissao-moro-critica-interferencia-de-bolsonaro-na-pf-e-destaca-autonomia-em-gestoes-do-pt.shtml>). Suas denúncias reabriram as casas de apostas: Jair Bolsonaro resistirá? Completará seu mandato? A experiência recente colocou o impeachment do presidente na agenda. As atenções se voltaram para o presidente da Câmara.

Não faltam razões para que Rodrigo Maia acate um dos muitos pedidos que tem à disposição (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/maia-pede-paciencia-com-pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro.shtml>). Esses se multiplicam com a velocidade do vírus ao qual o presidente, em razão de seu passado de atleta, acredita ser imune.

No caso de seu afastamento, a proteção não lhe é dada pela prática esportiva (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/ao-contrario-do-que-disse-bolsonaro-passado-de-atleta-nao-e-garantia-de-protecao-contra-coronavirus.shtml>) ou por seu passado profissional. Seu vice é sua maior defesa, não tanto pelo que é —um militar reformado—, mas mais pelo que não é —um político.

Por isto, é pouco provável que o Congresso dê início a um processo de impeachment contra o presidente. Não pelas razões que têm sido citadas pelos analistas. Apoio das ruas não é condição necessária para desencadear a ação. Em geral, o que ocorre é o inverso. São as forças políticas engajadas em encurtar o mandato presidencial que mobilizam e levam os cidadãos às ruas.

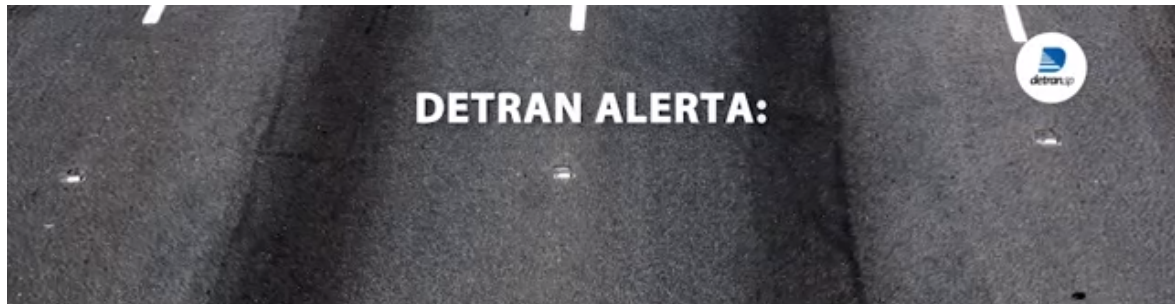


O presidente Jair Bolsonaro durante a posse de André Mendonça como ministro da Justiça e José Levi na Advocacia-Geral da União - Ueslei Marcelino/Reuters

### O impeachment é antes de tudo um ato político

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/assim-como-dilma-bolsonaro-arrisca-o-pescoco-em-crise-de-frentes-multiplas.shtml>).

Como tal, quem o provoca deve estar preparado para o dia seguinte, isto é, tem que "combinar com o adversário" e, no caso, este não é o proverbial zagueiro russo, mas o vice-presidente.



Sem saber qual o perfil do novo governo, que espaço este lhe reserva, políticos não vão se mover. E o vice, por definição, porque eleito conjuntamente com o presidente, é um elemento de continuidade. Em outras palavras, o grupo encastelado no poder precisa de segurança de que seus interesses serão preservados na nova ordem.

E é aí que uma possível ação pelo Congresso contra Bolsonaro encontra seu maior obstáculo. Hamilton Mourão não é um político, e a experiência nacional recente ensina que impeachments não decolam sem que o vice entre em campo.

Itamar Franco e Michel Temer foram os fiadores da derrubada dos dois titulares que sucederam. A negociação com Mourão está e deve continuar interdita, seja porque ele não tem base política própria, seja por seu passado militar.

Uma outra possibilidade aventada é a da intervenção das Forças Armadas, via um golpe aberto ou branco. A primeira possibilidade pode ser descartada. Os militares não derrubarão Bolsonaro para assumir o poder por meios extralegais. Não há apoio para este recurso extremo que, com certeza, levaria a um conflito interno a corporação. Quem lideraria o golpe? Quem correria o risco de quebrar a hierarquia? Quem assumiria o poder?

A pressão para que Bolsonaro renuncie seria uma solução mais conveniente para as Forças Armadas. No final das contas, a Presidência passaria às mãos de um general reformado, mais identificado com a corporação e que tem dado mostras de ser mais capaz de seguir a razão. Assim, para as Forças Armadas, Mourão seria, além de rima, a solução.

Bolsonaro, contudo, cercou-se de membros das Forças Armadas, da reserva e da ativa. Não é um governo dos militares, mas é repleto de militares e é justamente isto que impede a corporação de lhe impor limites. Por isto, as críticas de Olavo de Carvalho aos generais Santos Cruz e Villas Bôas, impensáveis em um governo de civis, passaram em brancas nuvens.

Mas isto não significa que as Forças Armadas defenderão Bolsonaro caso seu cargo seja ameaçado. Falta à corporação disposição para embarcar na caçamba armada pelo presidente. Convidadas, as lideranças militares não compareceram ao ato convocado para pedir intervenção militar na porta dos quartéis.

Resta, portanto o Supremo Tribunal Federal. Estariam os 11 supremos dispostos a impor limites ao presidente?

Até o momento, individualmente, os ministros e ministras têm demonstrado disposição para manter o ativismo imoderado no qual se lançaram desde, pelo menos, o mensalão. Gilmar Mendes se insurgiu publicamente contra a substituição de Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde. Pelo Twitter mandou avisar que genocidas não passarão!

Alexandre de Moraes viu desvio de função

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/alexandre-de-moraes-do-stf-suspende-nomeacao-de-ramagem-na-policia-federal.shtml>) na nomeação de Alexandre Ramagem para dirigir a Polícia Federal.

Celso de Mello, ao acatar o pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República)

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/supremo-autoriza-investigacao-sobre-acusacoes-de-moro-contrabolsonaro.shtml>), contribuiu com inovações de sua lavra sobre possíveis ações contra o presidente, além de, implicitamente, ter dado mais fé à palavra do ministro demissionário do que à do presidente

[https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/celso-de-mello-ignora-possiveis-crimes-de-moro-e-manda-recados-so-a-bolsonaro-em-decisao-no-stf.shtml?utm\\_source=folha&utm\\_medium=site&utm\\_campaign=topicos](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/celso-de-mello-ignora-possiveis-crimes-de-moro-e-manda-recados-so-a-bolsonaro-em-decisao-no-stf.shtml?utm_source=folha&utm_medium=site&utm_campaign=topicos)).

Mas se, individualmente, os supremos se mostram dispostos a barrar as pretensões mais tresloucadas do presidente, o chefe da instituição, o ministro Dias Toffoli, deu mostras de querer caminhar na direção oposta

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-envia-a-toffoli-mensagem-em-tom-conciliatorio-em-meio-a-tensao-com-stf.shtml>). Sempre que pôde, Toffoli acenou a bandeira branca para oferecer trégua a Bolsonaro.

Em canetada histórica, sustou um sem-número de investigações só para proteger o filho 01, o senador Flávio Bolsonaro

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/toffoli-atende-a-pedido-de-flavio-bolsonaro-e-suspende-inquerito-com-dados-do-coaf.shtml> (Republicanos-RJ), e suas ligações perigosas com Fabrício

Queiroz, um velho amigo da família. O recado foi dado. Mais claro impossível.

Era pegar ou largar. Como sempre, Bolsonaro nem pegou, nem largou.

Atacou.

O STF, portanto, se capaz de aprender lições, deve ter entendido que Bolsonaro não fala da boca para fora quando diz que não quer negociar. Bolsonaro continua o mesmo camicase capaz de planejar dinamitar as adutoras do Rio de Janeiro para obter aumento salarial. Mas, como diz o ditado, cão que muito ladra não morde. Bolsonaro não negocia, mas recua. Se tem alguma habilidade, é a de cutucar a onça com vara curta e sair ileso.

Os ataques, contudo, deixam digitais comprometedoras. Para onde se olha, sobretudo quando se olha para baixo, para o submundo, lá estão as marcas deixadas pelo clã Bolsonaro e seus camaradas. Basta ler os jornais para saber que, de fato, Moro se afastou para salvar o que restava da sua biografia.

Bolsonaro, como o próprio afirmou em sua lenga-lenga

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/em-discurso-bolsonaro-se-vende-como-honesto-e-insinua-moro-ardiloso-leia-integra-comentada.shtml> da última sexta-feira (24), também tem uma biografia. No

seu caso, contudo, é dela que ele tem que se salvar.

Dado o seu intervencionismo imoderado, o STF não terá como evitar o confronto com o presidente. E não terá porque o presidente da República não deixará de produzir elementos para tanto.

Para fazer jus ao seu apelido quando na ativa, o presidente desembestou a produzir indícios contra si próprio, como o decreto assinado para quebrar o controle sobre o desvio de armas de utilização exclusiva das Forças Armadas. Coincidência ou não, no mesmo dia, novas revelações sobre a relação do filho 01 com as milícias do Rio de Janeiro vieram à luz. No ritmo atual, em breve, faltará pescoço para tanta corda.

O ministro Alexandre de Moraes já deu demonstração clara de que não abrirá mão do comando da investigação a ele designada, investigação que, todos sabem, inclusive o presidente, chegará ao filho 02, Carlos Bolsonaro, e sua rede de robôs (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/pf-identifica-carlos-bolsonaro-como-articulador-em-esquema-criminoso-de-fake-news.shtml>).

Celso de Mello seguiu na mesma toada e, em pouco tempo, os demais supremos terão oportunidade de contribuir para montar o cerco ao presidente.

O STF vem tratando a letra da Constituição com a elasticidade necessária para intervir e colocar a conveniência a serviço de suas inclinações políticas de momento, mesmo quando amparadas por maiorias circunstanciais, como no caso da prisão após condenação em segunda instância.

O presidente, como uma criança birrenta, não vai parar de provocar, de criar casos (e investigações) enquanto não encontrar limites. O destino do presidente está nas mãos do STF.

**Fernando Limongi** é professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e do departamento de ciência política da USP

**Argelina Cheibub Figueiredo** é professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na

[Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

#### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/por-seu-intervencionismo-imoderado-stf-nao-tera-como-evitar-confronto-com-bolsonaro.shtml>